

Editorial: O protagonismo dos migrantes

O drama de milhões de pessoas que fogem de conflitos bélicos, violações generalizadas de direitos humanos e condições degradantes de vida tem se tornado pauta de intensos e complexos debates em nível internacional. Com frequência, os segmentos sociais mais sensíveis à causa de migrantes e solicitantes de refúgio tendem a enfatizar as situações de vulnerabilidade dos deslocados, bem como suas legítimas intencionalidades. Tais argumentos, ainda que válidos, correm o risco de alimentar visões estereotipadas das pessoas em fuga, como sendo fundamentalmente vítimas passivas e dóceis, chacoalhadas pelos caminhos da existência, assim como suas *pateras* pelas ondas do Mediterrâneo.

No entanto, como enfatiza Sandro Mezzadra, todo deslocamento humano abrange dinâmicas de sujeição e subjetivização. Ainda que empobrecidos e explorados, os seres humanos em fuga continuam sendo sujeitos que almejam multiplicar processos de subjetivização. Mais que isso: na maioria das vezes, é justamente em busca de autonomia e de autodeterminação – valores marcantes da modernidade ocidental – que milhões de pessoas fogem das próprias terras. O migrante quer ser protagonista – na etimologia grega “primeiro ator” (lutador) – de sua história, rejeitando a condição de mera comparsa – vítima colateral ou *homo sacer* – no palco da globalização neoliberal. Nessa perspectiva, a negação ou o menosprezo da dimensão subjetiva das migrações, que se desdobra, não raramente, em respostas políticas e pastorais meramente paternalísticas, denota uma efetiva negação da dignidade das pessoas em fuga, mesmo entre aqueles que se autocompreendem como seus defensores.

O *Dossiê* do número 47 da Revista REMHU é dedicado ao tema do *protagonismo dos migrantes*, enquanto *origem* e *meta* das travessias, ponto de partida e horizonte utópico. Trata-se de um protagonismo negado nos países de fuga, trânsito e destino. Um protagonismo por vezes latente, meramente almejado, reconhecível nos interstícios das sofridas existências individuais e comunitárias. Outras vezes, um protagonismo mais estrondoso, mais impactante, sobretudo quando desafia as normas e a ordem constituídas. De um ponto de vista epistêmico, político e social, a ênfase no protagonismo dos migrantes é um convite a repensar categorias analíticas e respostas sócio-pastorais, focando o olhar na subjetividade dos processos migratórios.

Filippo Furri, no primeiro artigo do Dossiê, se interroga: “*can migrants act?*”, ou seja, em quais horizontes políticos, culturais e sociais a *agency* dos migrantes se torna possível? Partindo do caso paradigmático do desmantelamento da *jungle* de Calais, o autor realça como a ação do “humanitário institucional”, com frequência, visa neutralizar a subjetividade dos migrantes, produzindo passividade e docilidade. Nessa visão, o migrante é tido como mero objeto, imunizado de qualquer direito de agir, de planejar autonomamente, de reivindicar direitos, de sonhar com uma realidade diferente. De acordo com Furri, apesar desses processos de dessubjetivização, cabe realçar a difusão de modalidades de ação que seguem lógicas alternativas e que revelam a autonomia dos migrantes para além dos esquemas impostos.

Joan Lacomba aborda o tema da *agency* das associações de migrantes na Espanha. Apesar da tendência, por parte de órgãos governamentais, de colaborar e capacitar associações enquanto prestadoras de serviços, segundo Lacomba “*la agencia entendida como libertad para actuar choca con la pretensión de ‘empoderar’ a las asociaciones en una dirección y con un objetivo determinado, a menudo no compartido por las mismas*”. Em outros termos, o autor levanta o debate sobre os riscos inerentes às práticas de colaboração com entidades governamentais, o que pode garantir visibilidade, recursos econômicos e poder de barganha, mas também produzir clientelismo, cooptação política e redução do potencial reivindicativo.

Numa abordagem análoga, Leila Rodríguez analisa as motivações, as barreiras e os mecanismos mediante os quais indivíduos e associações de nigerianos em Nova Iorque exercem atividades políticas, tanto nos EUA quanto no país de origem. Ainda que os sujeitos políticos transnacionais sejam relativamente poucos, a autora ressalta como suas ações têm um impacto expressivo na maneira de fazer política, sobretudo na Nigéria. Assim, infere Rodríguez, “*vivir en el extranjero es el principal factor que les permite participar políticamente en su país de origen*”, devido à maior autonomia, ao poder de negociação relacionado com as remessas e à forte influência junto às comunidades de eleitores. Trata-se, neste caso, de um protagonismo transnacional, pois essas associações atuam simultaneamente no país de chegada e de origem.

María Victoria Perissinotti, em seu artigo sobre mulheres peruanas na cidade de Córdoba, evidencia como o agir político dos migrantes pode abarcar questões que vão além das reivindicações especificamente migratórias (documentação ou regularização), envolvendo também as “*fronteras internas*”, a luta por um espaço “*habitable*”, uma luta que os migrantes compartilham com um expressivo segmento da população nacional. A partir dessas premissas, a autora evidencia as variáveis diretamente relacionadas com as experiências migratórias dos sujeitos que potencializam essa capacidade de mobilização reivindicativa. Dessa forma, infere a autora, “*El poner de manifiesto los intersticios a partir de los cuales*

aquellos sujetos usualmente configurados por el Estado como naturalmente a-políticos ‘desafían los órdenes instituidos de manera latente’, puede hacernos pensar también en formas otras de construir políticamente nuestras sociedades”.

A *agency* de sírios que chegaram à Itália pela rota marítima é o tema aprofundado por *Chiara Denaro*. A autora sublinha como as provações, os dramas e os terríveis esforços para superar as fronteiras até a União Europeia motivam essas pessoas em fuga a exigir o “*right to chose where to live*”. A entrada na Itália não significa o fim das fronteiras, pois há “fronteiras dentro da fronteira”, começando por aquelas das impressões digitais, dos centros de acolhida e dos Regulamentos de Dublin. Neste contexto há um “*second escape*”, em que, por um lado, o agir dos migrantes é condicionado, positiva ou negativamente, por fatores externos (leis migratórias, ação da polícia, redes sociais, ação de voluntários e ONGs) e, por outro, é um agir que modifica o contexto de referência, como no caso dos atos de resistência em relação às impressões digitais.

José Carlos Yee Quintero e *Eduardo Torre Cantalapiedra* abordam o tema do protagonismo dos migrantes a partir da identificação e da análise das estratégias que migrantes hondurenhos elaboram a fim de superar os obstáculos da assim chamada “fronteira vertical” no México. Partindo de um enfoque teórico bem estruturado, os autores destacam a diversificação das respostas dadas diante de circunstâncias análogas, buscando evidenciar as variáveis que podem interferir nesse processo. Dependendo dos casos e dos desafios enfrentados, a capacidade de agência dos migrantes pode ser maior ou menor, sendo que, no caso específico, as estratégias desenvolvidas não representam uma panaceia, mas, com frequência, uma forma para amenizar os prejuízos.

Daniel Angel Etcheverry, finalmente, foca sua reflexão sobre a ação dos migrantes diante do desafio das instâncias burocráticas dos países de acolhida. Lançando mão das categorias de otimização e flexibilidade, que são aplicadas ao caso específico, o autor sublinha como os migrantes são chamados a transitar no obscuro universo da burocracia e, não raramente, das arbitrariedades dos burocratas, reconhecendo e recorrendo a estratégias que levem em conta as expectativas da sociedade de acolhida, seu imaginário simbólico, bem como as relações de poder em que estão inseridos.

Essas diferentes abordagens sobre a subjetividade das pessoas em fuga levantam questões desafiadoras: quais categorias epistemológicas deveriam ser focadas ou criadas a fim de ressaltar a subjetividade nos processos migratórios? Como defender os direitos dos migrantes sem retirar seu protagonismo? Como fortalecer as estratégias de luta e de sobrevivência das pessoas em fuga? E, mais em geral, como promover a acolhida de pessoas que rejeitam uma inclusão subalterna, ousam desobedecer a e lutar em nome do “direito de escolher”?

Na seção *Artigos*, a categoria de território circulatório é utilizada por *Marcela Tapia Ladino* e *Fernanda Chacón Onetto* para analisar as mobilidades de trabalhadores no bairro boliviano de Itiquique, no Chile. Articulando as teorias migratórias e os estudos fronteiriços, as autoras interpretam o espaço de fronteira como uma construção social em constante transformação que se estrutura mediante a circulação de pessoas, a interação social e a integração econômica, bem como pela objetivização no território de símbolos, valores, normas e práticas, para além das disputas diplomáticas binacionais e os processos de fronteirização.

Raúl Delgado Wise, *Mónica Guadalupe Chávez Elorza* e *Héctor Rodríguez Ramírez* abordam o tema da migração qualificada no contexto da reestruturação dos sistemas de inovação no contexto da globalização neoliberal. A partir da realidade mexicana, os autores destacam os limites das tradicionais abordagens da “fuga”, “circulação” e “ganho de cérebros”, focando o fenômeno da exportação direta e indireta de mão de obra qualificada que, “*lejos de constituir una opción en la que todos ganan (win-win-win) [...] configura una nueva modalidad de dependencia, particularmente expoliadora y depredadora*”.

Paulo Ricardo Muller, por sua vez, em um estudo etnográfico junto a refugiados congolezes em Angola, analisa a resignificação das categorias jurídicas de refugiado e exilado em “situação de refúgio”, buscando compreender como determinados refugiados “se situam e são situados” em relação a seus interlocutores. Segundo o autor, as noções socialmente construídas do que seja um refugiado, que vão além das definições jurídicas, acabam interferindo e orientando de forma determinante as respostas assistenciais e o êxito do processo de “integração”.

Na seção *Relatos e reflexões*, *Adriana Marcolini* se debruça sobre a obra *Sull’Oceano* de Edmondo De Amicis, refletindo, a partir dela, sobre a grande migração italiana no final do século XIX e começo do XX. *Maria Eduarda de Andrade* e *Sousa*, por sua vez, aborda o fenômeno do reassentamento forçado induzido pelos assim chamados “projetos de desenvolvimento” a partir do caso específico do distrito de Moatize, em Moçambique. Por fim, *Valdete Wilemann*, mscs, descreve as respostas sócio-pastorais do *Centro de Atención al Migrante*, em Honduras, diante do crescente desafio dos deportados hondurenhos. A seção *Resenhas Teses e Dissertações* encerra este número da revista com a apresentação da Tese de *Carolina de Abreu Batista Claro* sobre proteção de refugiados ambientais no Direito Internacional.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura.

Roberto Marinucci (editor-chefe da REMHU)

ISSN impresso 1980-8585

ISSN eletrônico 2237-9843

<http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880004701>